



UTE ■ Marlim Azul

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

com Relatório do Auditor Independente



UTE ■ Marlim Azul

Demonstrações Financeiras

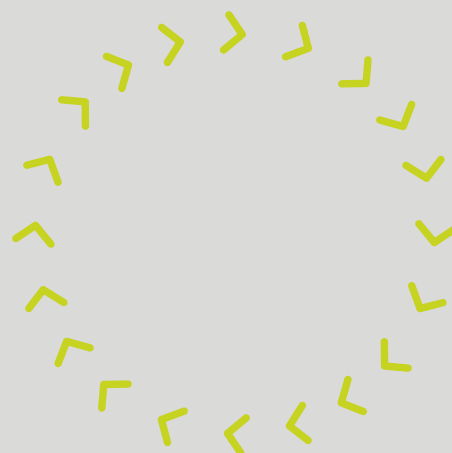
31 de dezembro de 2025

■ Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
---	----------

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10





UTE ■ Marlim Azul

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Marlim Azul Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Marlim Azul Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 19 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente dos contratos de fornecimento de energia elétrica em ambiente regulado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, o que pode ocorrer pela disponibilidade da usina, pelo despacho de energia quando solicitado no âmbito dos contratos no ambiente regulado ou pela entrega de energia vendida em contratos bilaterais de curto e longo prazo. Esse assunto foi considerado como significativo em função da relevância dos valores envolvidos.



UTE ■ Marlim Azul

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita; (ii) a análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados nos cálculos dos valores de receita reconhecidos e o teste da acurácia matemática das planilhas que suportam esses valores.; (iii) a comparação da estimativa mensal feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente para o exercício e seu reconhecimento contábil; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



UTE ■ Marlim Azul

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Marlim Azul Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	310.892	226.914
Clientes	5	166.155	168.996
Estoques	6	27.410	28.258
Impostos a recuperar	7	6.256	6.274
Prêmios de seguros a apropriar	18	14.911	22.575
Adiantamento a fornecedores		129	135
Instrumentos financeiros		–	2.303
Outros recebíveis		2.774	120
Total do ativo circulante		528.527	455.575
Não Circulante			
Impostos diferidos	17	83.887	89.405
Outros recebíveis		120	82
Imobilizado	9	3.174.750	3.230.394
Intangível	10	48.865	50.058
Total do ativo não circulante		3.307.622	3.369.939
Total do ativo		3.836.149	3.825.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	11	125.828	243.161
Obrigações trabalhistas	12	42.121	11.115
Tributos e contribuições a recolher	13	26.065	13.545
Arrendamentos		376	196
Instrumentos financeiros	8	–	56.710
Provisões e contingências	15	259	5.072
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	197.762	143.390
Total do passivo circulante		392.411	473.189
Não circulante			
Fornecedores	11	2.995	–
Arrendamentos		1.099	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.880.994	2.900.372
Total do passivo não circulante		2.885.088	2.900.372
Patrimônio líquido			
Capital social	16	621.706	621.706
Reserva de capital		5.419	5.419
Ajuste de avaliação patrimonial		–	4.466
Lucro (prejuízos) acumulados		(68.475)	(179.638)
Total do patrimônio líquido		558.650	451.953
Total do passivo e patrimônio líquido		3.836.149	3.825.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		1.309.653	1.099.176
Deduções		(191.858)	(121.914)
Receita líquida	19	1.117.795	977.262
Custo com venda de energia	20	(690.025)	(580.663)
Lucro bruto		427.770	396.599
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas, pessoal e gerais	21	(106.303)	(78.226)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	128.897	(17)
Lucro (prejuízo) antes receitas e despesas financeiras		450.364	318.356
Receitas financeiras	23	31.135	13.266
Despesas financeiras	23	(313.508)	(339.062)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		167.991	(7.440)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(51.309)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(5.519)	2.774
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		111.163	(4.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	111.163	(4.666)
Ganho (perda) em hedge de fluxo de caixa	(4.466)	14.240
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	106.697	9.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	Capital subscrito	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	621.706	5.419	(9.774)	(174.972)	442.379
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	14.240	–	14.240
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.666)	(4.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	621.706	5.419	4.466	(179.638)	451.953
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(4.466)	–	(4.466)
Lucro do Exercício	–	–	–	111.163	111.163
Saldo em 31 de dezembro de 2025	621.706	5.419	–	(68.475)	558.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	167.991	(7.440)
Depreciação e amortização	131.792	132.614
Despesas financeiras	294.954	277.253
Baixa de ativo imobilizado e intangível	3.335	76.037
Ajuste de hedge	–	10.756
Provisões e contingências	(4.813)	3.223
Provisão de bônus e incentivos	32.228	–
	625.487	492.443
(Aumento) redução nos ativos		
Clientes	2.841	(32.529)
Estoques	848	(943)
Tributos a recuperar	18	2.426
Adiantamento a fornecedores	6	(135)
Prêmios de seguros a apropriar	7.664	(17.229)
Outros recebíveis	(2.692)	114
Instrumentos financeiros	(4.466)	(1.637)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(114.351)	(361.564)
Tributos a recolher	12.520	10.437
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.657)	–
ICMS denúncia espontânea pago	(37.143)	–
Obrigações trabalhistas	(2.701)	1.300
Passivos de arrendamentos	(336)	(1.065)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(114.193)	(117.258)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	330.845	(25.640)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(45.091)	(86.224)
Aquisição de intangível	(8)	(309)
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimentos	(45.099)	(86.533)
Atividades de financiamento		
Captação de debêntures	–	420.000
Custo com transação	–	(33.113)
Pagamento de empréstimos	(145.058)	(158.017)
Instrumentos financeiros	(56.710)	6.708
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	(201.768)	235.578
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	83.978	123.405
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	226.914	103.509
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	310.892	226.914
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	83.978	123.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

Em 8 de março de 2018, foi constituída a Marlim Azul Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ação de capital fechado, que tem como objeto social o desenvolvimento e a exploração de usina termelétrica de geração de energia, operando em ciclo combinado, uma linha de transmissão, um gasoduto e uma estação de captação de água associados, localizados na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

A Usina Termelétrica Marlim Azul Energia S.A. é uma SPE que atualmente possui 3 acionistas:

- Infraestrutura Brasil Holding III S.A. (50,1%)
- Shell Gas B.V. (29,9%)
- Mitsubishi Power Americas INC. (20.0%)

A Companhia participou do 26º leilão de energia nova em dezembro de 2017 (ACR) vendendo 420 MWm de sua produção futura de energia no mercado regulado através de contratos de fornecimento de 25 anos. A Companhia também celebrou em dezembro de 2018 contrato de fornecimento de energia no mercado livre (ACL) para 50MWm durante 25 anos.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional de suas atividades.

Em 2 de dezembro de 2023, a UTE Marlim Azul iniciou a sua operação comercial conforme o despacho Aneel nº 4.695/2023 de 1º de dezembro de 2023, e em 6 de dezembro de 2023 iniciou a geração de energia seguindo instruções do ONS.

Em 2023 se iniciou a construção da Linha de 500 kV concluída em 2025.

Em 2024, a usina operou por nove meses não consecutivos sendo que nos meses de junho, setembro e outubro houve despachos fora do período de inflexibilidade (novembro a abril).

Em 17 de dezembro de 2025 foi celebrado o Share Purchase Agreement (“SPA”) entre Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Shell Gas B.V. e Mitsubishi Power Americas, Inc, tendo por objeto a alienação da totalidade da participação detida pelo Patria FIP III na Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A., controladora indireta da Companhia, para Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A., bem como da totalidade das participações de Shell e Mitsubishi Power na Companhia para o Patria Infraestrutura Latam SMA I Fundo de Investimento em Participações (“Patria Infraestrutura Latam”, em conjunto com IBH XVIII, os “Compradores”), resultando na transferência, direta e indireta, da totalidade das ações da Companhia para os Compradores. A Companhia ressalta que esta operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais às transações dessa natureza.

Licenças e autorizações para operação da usina.

Ato	Data	Objeto
Portaria MME 250	14/06/2008	Autoriza MAZ a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica, no Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro e estabelece o cronograma de implantação entre outras obrigações
Despacho ANEEL 881	22/03/2019	Altera o nome da UTE, localização e características técnicas
REA ANEEL 7.772	16/04/2019	Altera o cronograma de implantação da UTE
Portaria MME 219	07/06/2019	Altera a Garantia Física da Usina
Of.AGENERSA/PRESI SEI Nº116	20/05/2020	Autoriza a construção do gasoduto dedicado
Deliberação AGENERSA 4508	07/11/2022	Prioridade da Naturgy em realizar o O&M do gasoduto
Despacho ANEEL 4365	14/11/2023	Estabelece o prazo de 90 dias para migração da conexão provisória de 345kV para a conexão definitiva em 500kV, após o início da operação da SE LAGOS 500, após manifestação do O.N.S. sobre conveniência hidrológica
Despacho ANEEL 4695	01/12/2023	Autoriza o início da operação comercial da UTE a partir de 02/12/2023

2. Políticas contábeis**Base de preparação**

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do conselho de administração de 04 de fevereiro de 2026.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3. Sumário das políticas contábeis materiais**a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação e preparação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os demais instrumentos financeiros são classificados por meio de outros resultados abrangentes e compreendem investimentos em instrumentos derivativos podendo estar classificados como ativos não circulantes ou passivos não circulantes.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores nacionais, empréstimos a pagar, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamento para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, limitada à geração de benefícios econômicos e expectativa de uso do Ativo de acordo com prazo contratual (25 anos), conforme apresentado a seguir:

- | | |
|--|------------------------------------|
| • Benfeitorias em imóveis de terceiros: 5 anos | • Máquinas e equipamentos: 24 anos |
| • Móveis e utensílios: 10 a 16 anos | • Edificação e obra civil: 24 anos |
| • Equipamentos de informática: 5 a 6 anos | • Outros imobilizados: 6 a 7 anos |

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são gastos com desenvolvimento de projeto mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, e assim, se mensura mensalmente a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os custos dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- | | |
|--|------------------------------|
| • Direito de uso do escritório São Paulo (aluguel): 3 anos | • Softwares: 5 anos |
| • Licenças e servidões operacionais: 24 anos | • Outros intangíveis: 5 anos |

f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição federais diferidos, avaliação da posição de *hedge*, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e provisões para devedores duvidosos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

h) Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

i) Demonstração do fluxo de caixa indireto

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada a partir do método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

j) Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de *hedge*, os referidos instrumentos de proteção são classificados como:

- Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e

- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.
- Para instrumentos financeiros não derivativos a Companhia analisa a natureza da operação de forma a realizar o reconhecimento da maneira mais adequada. Para operações de energia bilaterais onde o objetivo é antecipação de caixa a companhia realiza o registro como instrumentos financeiros a custo amortizado, onde o *spread* da antecipação é reconhecido como despesa financeira.

k) Custos de empréstimos e debêntures

Custos de empréstimos e debêntures diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo e às debêntures.

l) Tributos

A Companhia está no regime de apuração pelo lucro real trimestral e contabiliza os débitos e créditos tributários pelo regime de competência. A apuração dos impostos ocorre após o fechamento do mês de competência, sendo a única exceção a apuração do imposto de renda e contribuição social, que é realizada por estimativa mensal e fechamento trimestral.

m) Provisões

A Companhia provisiona as despesas relacionadas aos valores financeiros que ainda não foram pagos, mas derivam de fatos geradores contábeis já ocorridos. Bem como, provisiona 100% dos processos jurídicos com causa provável, caso ocorram, reconhece também a provisão para o plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) com base no valor justo ao final de cada período de reporte até a sua liquidação com a contrapartida no passivo. As premissas de mensuração consideram as condições de mercado, sendo revisadas a cada balanço para refletir a sua melhor estimativa.

n) Estoque

Os estoques da Companhia são compostos por materiais de uso e/ou consumo. Eles são demonstrados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. A mensuração dos estoques também inclui qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos.

o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

p) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. O reconhecimento é feito inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensurado pelo custo amortizado.

3.1. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025

Em 2025, houve várias atualizações e novos pronunciamentos contábeis:

- NBC ITP 1/2025 (Apuração de Haveres): Aprovada pelo CFC, esta Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) estabelece procedimentos específicos para a apuração de haveres em diversos tipos de sociedades, sejam elas empresárias, não empresárias, personificadas ou não.
- CPC 02 (R2) é o Pronunciamento Técnico que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis, normatizando como incluir transações em moeda estrangeira (importações, exportações, empréstimos) e como converter as demonstrações contábeis de uma empresa no exterior (controlada, coligada) para a moeda de apresentação no Brasil, usando taxas de câmbio específicas para ativos, passivos, receitas e despesas, visando clareza para investidores.

- OCPC 10 é uma norma contábil criada pela CVM e CPC, que estabelece regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS, visando trazer transparência ao mercado de descarbonização e alinhar-se às práticas internacionais, impactando como as empresas registram esses ativos e passivos ambientais.
- O CPC 18 (R3) é o pronunciamento técnico sobre Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).
- A ICPC 09 (R3) é uma Interpretação Técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata das Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas e Consolidadas, além da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Estas normas contábeis não afetaram as demonstrações financeiras em 2025.

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- NBC TG 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: Emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em dezembro de 2025, esta norma alinha a contabilidade brasileira à IFRS 18. Ela introduz uma nova estrutura para a Demonstração do Resultado (DRE), com categorias padronizadas (operacional, investimentos e financiamentos) e regras mais claras para o uso de subtotais e indicadores de desempenho. A vigência está prevista para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.
- Reforma Tributária (IBS e CBS): A reforma tributária trará mudanças significativas para a emissão de documentos fiscais e apuração de tributos. Em 2025, as empresas estão se preparando e adaptando sistemas, mas a obrigatoriedade das mudanças nos documentos fiscais (como a Nota Técnica 2025.002 para NF-e/NFC-e, que detalha campos para IBS e CBS) ocorrerá a partir de fevereiro de 2026. A implementação completa do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será gradual, com previsão de demonstração dos novos impostos sem cobrança adicional em 2026.

Essas revisões visam aprimorar as práticas contábeis no Brasil e garantir maior transparência e precisão nas demonstrações financeiras.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalente de Caixa	39.252	33.557
Aplicações financeiras (*)	271.640	193.357
Total	310.892	226.914

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado ao CDI.

(*) O saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 contém a conta reserva com BNDES no valor de R\$ 125.724 (Em 2024 - R\$ 133.234).

5. Clientes

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia é composto pelos recebíveis dos contratos de comercialização de energia (i) no ambiente regulado (CCEAR), (ii) no ambiente de comércio livre (ACL) e (iii) pelos contratos negociados no mercado de curto prazo (MCP) com o excedente da energia gerada. Todos os clientes são nacionais.

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes Comerciais CCEAR	148.336	160.405
Clientes MCP	17.071	8.573
Clientes SEB	748	18
Total Clientes	166.155	168.996

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há inadimplência que requeira provisão para perda de crédito esperada (PCE).

6. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado (consumo)	27.410	28.258
Total	27.410	28.258

O estoque é composto basicamente por itens de consumo importados necessários para garantir a operação da UTE.

7. Impostos a Recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF (a)	6.242	2.167
Imposto sobre Operações Financeiras-IOF	14	430
IRPJ Recuperar	–	413
CSLL Recuperar	–	149
ICMS a Recuperar	–	3.101
Outros a Recuperar	–	14
Total Imposto a Recuperar	6.256	6.274

(a) O Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF será realizado em processos de compensação com outros impostos e tributos federais dentro dos próximos 12 meses a partir da entrega da ECF 2026.

8. Instrumentos Financeiros

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e que não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro passa a não ser mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Contratos futuros de comercialização de energia

Durante o ano de 2024 a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com comercializadoras de instituições financeiras onde o valor referente às vendas foi adiantado com o objetivo de antecipar o fluxo de caixa adicional gerado pela liquidação do excedente de energia no mercado de curto prazo.

Todas as operações de compra e venda eram lastreadas com a energia da contraparte não gerando exposição física ou financeira ao preço de energia do mercado (PLD).

Devido à natureza da operação a Companhia reconheceu o arranjo contratual de forma líquida como um passivo financeiro a custo amortizado.

O *spread* das operações bilaterais incorrido em 2024 foi de R\$15.633 e está reconhecido na rubrica de encargos de antecipação na nota de resultado financeiro.

Em 04 de fevereiro de 2025 a Companhia liquidou o instrumento financeiro com o Santander no valor de R\$ 56.710.

A posição em dezembro de 2025 e 2024 encontra-se no quadro abaixo.

Agente Financeiro	Instrumento financeiro	Passivo	
		31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado			
Santander comercializadora de energia	Contratos de energia	–	56.710
Total		–	56.710

9. Imobilizado

As movimentações dos ativos imobilizados no exercício findo são as seguintes:

Saldo em:		31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2025	
Imobilizado em serviço	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Valor líquido	Taxa média de Depreciação
Terrenos	118.678	–	14.053	–	–	132.731	0,00%
Máquinas e equipamentos	2.504.630	13.477	117.786	(2.550)	(111.423)	2.521.920	4,30%
Edificações e obras civil	342.670	–	2.879	–	(14.921)	330.628	4,15%
Equipamentos de informática	37.437	–	53	(5)	(2.401)	35.084	16,67%
Benfeitoria em imóveis de terceiros	34	–	–	–	(21)	13	20,00%
Móveis e utensílios	2.378	–	14	–	(203)	2.189	6,25%
Outros	82	–	–	–	(12)	70	20,00%
Total do imobilizado em serviço	3.005.909	13.477	134.785	(2.555)	(128.981)	3.022.635	

Imobilizado em curso	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Valor líquido
Terrenos	14.053	–	(14.053)	–	–	–
Máquinas e equipamentos	13.242	11.285	(16.502)	–	–	8.025
Edificações e obras civil	539	–	(214)	–	–	325
Equipamentos de informática	–	53	(53)	–	–	–
Móveis e utensílios	–	14	(14)	–	–	–
Obras em andamento	50.886	20.083	(67.700)	–	–	3.269
Estoques de ativos	36.076	31.098	41.258	–	–	108.432
Estoques de ativos em Terceiros	72.913	–	(42.469)	–	–	30.444
Depósitos judiciais	1.215	–	–	(560)	–	655
Adiantamento imobilizado	35.183	–	(35.038)	–	–	145
Outros	378	442	–	–	–	820
Total do imobilizado em curso	224.485	62.975	(134.785)	(560)	–	152.115

Total do imobilizado	3.230.394	76.452	–	(3.115)	(128.981)	3.174.750
-----------------------------	------------------	---------------	----------	----------------	------------------	------------------

10. Intangível

As movimentações dos ativos intangíveis no exercício findo são as seguintes:

Saldos em:		31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2025	
Intangível em serviço	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Valor líquido	Taxa média de amortização	
Direito de uso	176	1.610	–	–	(409)	1.377	33,00%	
Intangível	20.402	–	132	–	(909)	19.625	4,00%	
Servidões	27.252	–	600	–	(1.185)	26.667	4,15%	
Software	1.503	–	–	–	(307)	1.196	20,00%	
Outros	1	–	–	–	(1)	–	20,00%	
Total do intangível em serviço	49.334	1.610	732	–	(2.811)	48.865		

Intangível em curso	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Valor líquido	
Servidões	724	8	(732)	–	–	–	
Total do intangível em curso	724	8	(732)	–	–	–	

Total do intangível	50.058	1.618	–	–	(2.811)	48.865	
----------------------------	---------------	--------------	----------	----------	----------------	---------------	--

11. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Fornecedores nacionais	116.100	142.451
Fornecedores estrangeiros	9.728	100.710
Total	125.828	243.161
Não circulante		
Fornecedores nacionais	2.995	–
Total	2.995	–
Total	128.823	243.161

No dia 18 de julho de 2024 a Companhia concluiu as discussões sobre os pagamentos remanescentes ao consórcio de EPC constituído pela Cobra Espanha, Mitsubishi Power e suas subsidiárias resultando no 3º aditivo contratual e instrumento de acordo entre as partes. Em dezembro de 2024 o saldo remanescente do contrato de EPC era de R\$ 56.958 em fornecedores nacionais e de R\$ 31.479 em fornecedores estrangeiros que foram totalmente quitados até março de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de fornecedores nacionais refere-se, basicamente, a insumos para produção de energia (Gás) e aquisição de ativo imobilizado. Para fornecedores estrangeiros, o saldo é composto pela aquisição de sobressalentes para operação.

12. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	478	498
Provisões de férias	1.947	1.866
Provisão de bônus (*)	39.696	8.751
Total	42.121	11.115

(*) As provisões para bônus compreendem as estimativas de desembolsos relativos à remuneração variável anual e aos planos de incentivo de longo prazo. Tais montantes são mensurados com base no alcance de metas corporativas e individuais, estando em plena conformidade com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 3 I.

Ressalta-se que ao longo do exercício de 2025 procedeu-se ao ajuste dessas estimativas contábeis em decorrência da classificação do evento de transferência de ações como altamente provável, conforme detalhado na Nota Explicativa 1, o que proveu a base necessária para a remensuração dos montantes provisionados.

13. Tributos e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuições sobre P&D	8.136	4.346
PIS a recolher	951	910
COFINS a recolher	4.412	4.207
INSS a recolher	1.250	669
IRPJ a recolher	6.361	—
CSLL a recolher	2.292	—
ICMS a recolher (*)	1.804	—
Outros impostos a recolher	859	3.413
Total	26.065	13.545

(*) No dia 22 de abril de 2025, a empresa realizou um depósito judicial no valor de R\$ 37.143 devido à impossibilidade de emitir uma guia de ICMS sem a cobrança de multas, conforme previsto nas regras de denúncia espontânea do Estado do Rio de Janeiro. O depósito judicial é uma forma de garantir o pagamento do imposto de ICMS no valor de R\$ 37.143 (ICMS e juros) enquanto a questão da multa é discutida legalmente.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os desembolsos do BNDES ocorrem conforme cronograma predefinido e são realizados “pari-passu” com as necessidades de capital para os trabalhos de implantação da usina.

Em 23 de maio de 2024 a Companhia obteve a liberação de recursos no montante de R\$420.000 através da emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, junto ao banco Itaú e BNDES com vencimento em 2039. As debêntures possuem período de carência de pagamento de 24 meses da data de contratação, março de 2024, iniciando sua amortização em março de 2026 e com incidência de juros de IPCA +7,5608%. As debêntures foram emitidas com o objetivo de sustentar os desembolsos finais do período de construção e finalização da estrutura de 500Kv.

Em 03 de junho de 2024 a Companhia liquidou a Nota Comercial com o Banco ABC com recursos provenientes das debêntures.

Os valores de empréstimos, financiamentos e debêntures, contém custos de transações a serem amortizados em 2025 no valor de R\$ 75.237 (em 2024, R\$ 80.023).

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Custo de transação	Pagamentos empréstimos principal	Pagamentos empréstimos juros	Amortização de transação	Saldo em 31/12/2024
BNDES	2.634.520	–	240.803	–	(138.017)	(114.989)	2.566	2.624.883
Nota comercial	21.044	–	1.225	–	(20.000)	(2.269)	–	–
Debêntures	–	420.000	30.512	(33.113)	–	–	1.480	418.879
Total	2.655.564	420.000	272.540	(33.113)	(158.017)	(117.258)	4.046	3.043.762

	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros	Custo de transação	Pagamentos empréstimos principal	Pagamentos empréstimos juros	Amortização de transação	Saldo em 31/12/2025
BNDES	2.624.883	–	234.239	–	(145.058)	(114.193)	2.566	2.602.437
Debêntures	418.879	–	55.220	–	–	–	2.220	476.319
Total	3.043.762	–	289.459	–	(145.058)	(114.193)	4.786	3.078.756

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	Covenant Financeiro	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2025	
				circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante
BNDES subcrédito A	IPCA + 3,86%	15/11/2043	ICSD ≥ 1,3 ¹	60.960	1.041.394	63.825	1.027.335
BNDES subcrédito B	IPCA + 4,66%	15/11/2043	ICSD ≥ 1,3 ¹	84.650	1.437.879	88.647	1.422.630
Debêntures	IPCA + 7,5608%	15/03/2039	ICSD ≥ 1,2 ²	(2.220)	421.099	45.290	431.029
Circulante				143.390	–	197.762	–
Não circulante				–	2.900.372	–	2.880.994

¹ O financiamento não possui *covenant* de vencimento antecipado, sendo o ICSD aplicável apenas para distribuição de dividendos ou redução de capital.

² As debêntures possuem *covenant* para vencimento antecipado (ICSD ≥ 1,2) e para distribuição de dividendos e redução de capital (ICSD ≥ 1,3).

Cronograma de Pagamentos			
Ano	BNDES	Debêntures	Total
2027	147.816	16.810	164.626
2028	147.816	26.293	174.109
2029	147.816	21.551	169.367
Após 2029	2.006.519	366.375	2.372.893
Total	2.449.967	431.029	2.880.994

Covenants financeiros

A Companhia está sujeita a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses covenants limita a distribuição de dividendos, e no caso das debêntures, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas ($ICSD < 1,2$). O cumprimento dos covenants financeiros é verificado anualmente pelos respectivos agentes credores, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025 estão em cumprimento com relação aos covenants financeiros e não financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado e distribuição de dividendos.

Contas Garantidas

A Marlim Azul Energia possui contas garantidas para atender a CCEE e para o BNDES e debêntures. A conta do Bradesco atende a CCEE e as contas do Citibank atendem ao BNDES e às debêntures. Uma parcela dos depósitos a curto prazo do grupo cauciona as contas correntes garantidas.

15. Provisões e contingências

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas pessoal	–	4.371
Processo trabalhista	82	111
Processo cível	177	590
Total	259	5.072

A Companhia é parte em ações judiciais, com prognóstico de perda possível avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos, no montante de R\$ 1.187 e (R\$ 861 em 31 de dezembro de 2024).

16. Patrimônio líquido**Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é composto conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Em milhares de R\$	Ações
Mitsubishi Power Americas INC	124.341	1.577.430.704
Infraestrutura Brasil Holding III S.A.	311.475	3.951.463.906
Shell Gas B.V.	185.890	2.358.258.899
Total	621.706	7.887.153.509

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2024 a Companhia possuía hedge de fluxo de caixa para proteger-se contra os riscos de câmbios, esses instrumentos financeiros foram registrados a valor justo e atualizados mensalmente pela Companhia. Em 2025 foram liquidados em sua totalidade.

Reserva de Capital

O total da reserva de capital é R\$ 5.419 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo fiscal diferido foi reconhecido com relação aos prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão compensados.

A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado.

Conforme estimativa da Companhia, que está alinhada com o seu plano estratégico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido em 6 anos.

	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias	16.428	7.595
Prejuízo fiscal	67.459	81.810
Total	83.887	89.405

Realização do prejuízo fiscal em anos

2026	11.457
2027	14.818
2028	18.998
2029	21.817
2030	369
Total	67.459

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	167.991	(7.440)
Alíquota nominal	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(57.118)	2.529
Diferenças permanentes líquidas	5.809	(2.529)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(51.309)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.519)	2.774
Imposto de renda e contribuição social	(56.828)	2.774
Alíquota fiscal efetiva	(33,8%)	(37,3%)
Imposto de renda e contribuição social	(56.828)	2.774

18. Seguros

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia, obras de construção civil, responsabilidade civil e riscos operacionais.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha em seu ativo prêmios de seguros a apropriar conforme quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros a apropriar	14.911	22.575
Total circulante	14.911	22.575

Em 31 de Dezembro de 2025, a Marlim Azul Energia S.A. apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Ramo	Seguradora	Vigências		Limite máximo de responsabilidade	Valor total segurado
		De	Até		
Seguro predial empresa	AVLA SEGUROS BRASIL S.A.	03/01/2025	03/01/2026	100% do valor segurado	5.500
Responsabilidade civil geral	Chubb Seguros Brasil S.A.	01/12/2025	01/12/2026	100% do valor segurado	100.000
Riscos operacionais	Tokyo Marine Seguradora S/A	01/12/2025	01/12/2026	2.140.000	3.589.000
Responsabilidade civil - D&O	Sompo Seguros S/A	11/06/2025	11/06/2026	100% do valor segurado	50.000
Responsabilidade civil - adm e diretores D&O	FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A.	11/06/2025	11/06/2026	100% do valor segurado	80.000

Não é objeto do trabalho dos auditores independentes a avaliação da suficiência das coberturas de seguros.

19. Receita Líquida

O reconhecimento de receita gerada pela UTE Marlim Azul Energia advém dos 25 (vinte e cinco) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), 1 (um) contrato no ambiente de comércio livre (ACL) e pelos contratos negociados no mercado de curto prazo (MCP) com o excedente da energia gerada.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Comerciais CCEAR	1.212.275	1.062.692
Receita MCP	88.976	23.610
Receita ACL	8.402	12.874
Total da receita bruta	1.309.653	1.099.176
PIS	(22.315)	(19.829)
COFINS	(102.787)	(91.332)
ICMS	(54.628)	—
Contribuições sobre P&D	(12.128)	(10.753)
Total das deduções	(191.858)	(121.914)
Receita líquida	1.117.795	977.262

20. Custo com venda de energia

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos setoriais	(79.236)	(67.702)
Insumos para produção de energia	(410.204)	(315.434)
Seguros	(21.766)	(35.786)
Operação e manutenção	(42.974)	(29.553)
Depreciação e amortização	(131.382)	(129.471)
Outros	(4.463)	(2.717)
Total	(690.025)	(580.663)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Geral e administrativa	(12.525)	(8.012)
Pessoal, despesas relacionadas	(56.879)	(25.962)
Serviços profissionais	(34.548)	(33.858)
Impostos e taxas	(86)	(268)
Depreciação e amortização	(410)	(3.143)
Despesas de viagens	(1.527)	(1.991)
Outras despesas	(328)	(4.992)
Total	(106.303)	(78.226)

22. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas (Despesas) operacionais (*)	142.000	–
PIS	(2.343)	–
COFINS	(10.792)	–
Outros recebimentos e pagamentos	32	(17)
Total de outras Receitas operacionais	128.897	(17)

(*) A Companhia recebeu em 31 de janeiro de 2025 da Shell Brasil Petróleo Ltda. o valor de R\$ 142.000 em razão dos ajustes e quitação mútua de pleitos previstos no *settlement agreement* assinado em 28 de junho de 2024.

23. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Variação cambial negativa	(76)	(2.280)
Comissão de fiança	(13.616)	(39.205)
Juros BNDES ⁽¹⁾	(234.254)	(240.803)
Juros sobre arrendamentos	(213)	(30)
Juros debêntures ⁽¹⁾	(55.220)	(30.512)
Juros nota comercial ABC	–	(1.225)
Encargos de antecipação	–	(15.633)
Juros P&D	(481)	(140)
Custo transação	(4.786)	(4.046)
Outras despesas financeiras	(4.862)	(5.188)
Total	(313.508)	(339.062)
⁽¹⁾ Juros e custos de amortização		
Receitas financeiras		
Receitas financeiras	30.143	10.895
Outras receitas financeiras	710	2.336
Variação cambial ativa	282	35
Total	31.135	13.266

24. Partes relacionadas

Em 2025, a Companhia mantém contratos firmados com a Mitsubishi Power Américas Inc., para fornecimento de serviços e peças, e com a Shell Energy Brasil e Shell Energy do Brasil Gás Ltda., para a comercialização e fornecimento de gás natural.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de comercialização		
Receitas SEB - Shell Energy Brasil	5.289	1.967
Total	5.289	1.967

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de partes relacionadas		
SEB - Shell Energy Brasil	748	18
Total	748	18

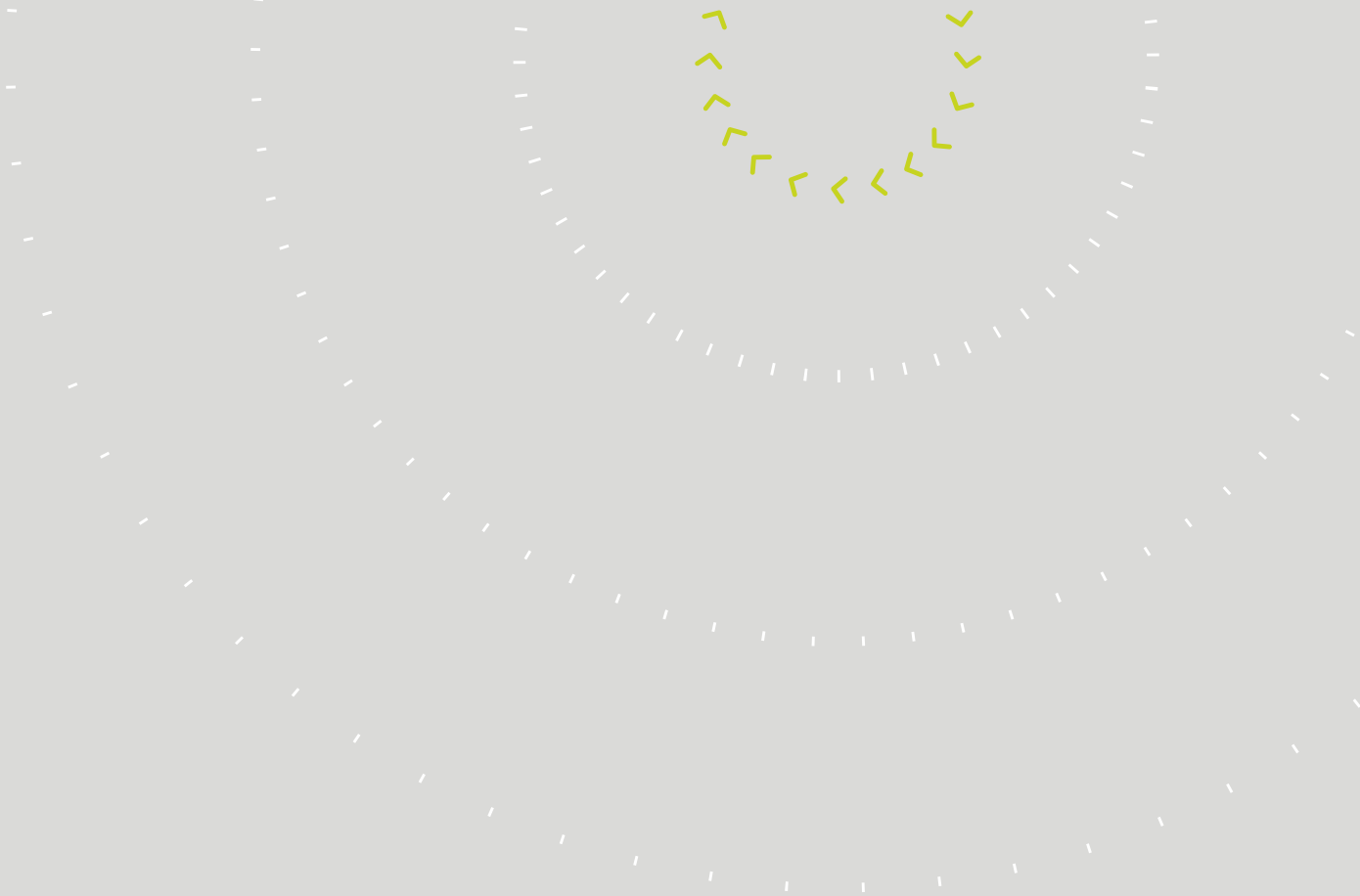
25. Compromissos de longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2025 os principais compromissos de longo prazo da Companhia referem-se aos contratos de O&M, LTWA e Gás firmados com a EDF Norte Fluminense, Mitsubishi Power Américas INC e Shell Energy do Brasil Gás Ltda., sendo os dois últimos mencionados na nota 24 (partes relacionadas).

	2026	2027	2028-2030	2031 em diante	Total
O&M - EDF Norte Fluminense	39.976	41.712	182.861	152.984	417.533
LTWA - Mitsubishi Power Américas	14.293	14.930	61.108	347.793	438.124
Shell Energy do Brasil Gás Ltda	472.635	478.268	1.914.428	8.426.016	11.291.347
Total	526.904	534.910	2.158.397	8.926.793	12.099.004

26. Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2026, o CADE publicou no Diário Oficial da União a aprovação sem restrições da alienação da totalidade da participação detida pelo Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia na Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A., controladora indireta da Companhia, para Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A., bem como da totalidade das participações de Shell Gas B.V. e Mitsubishi Power Americas, Inc na Companhia para o Patria Infraestrutura Latam SMA I Fundo de Investimento em Participações. A efetivação da operação ainda está sujeita ao cumprimento de outras condições precedentes usuais em transações desta natureza.



ARKE

UTE ■ Marlim Azul



UTE ■ Marlim Azul

Financial Statements

December 31, 2025

with Independent Auditor's Report



UTE ■ Marlim Azul

Financial statements

December 31, 2025

■ Contents

Independent auditor's report on the financial statements **1**

Audited financial statements

Statement of financial position 4

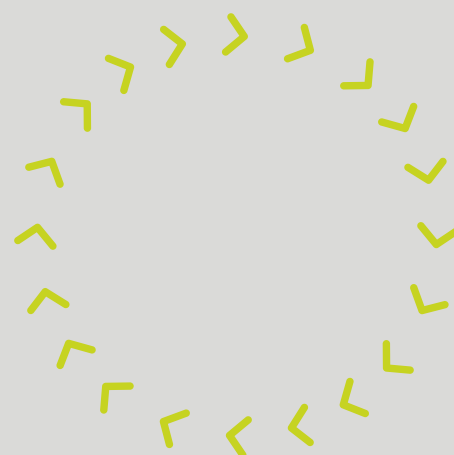
Statement of profit and loss 6

Statement of comprehensive income 7

Statement of changes in equity 8

Statement of cash flows 9

Notes to the financial statements 10





UTE ■ Marlim Azul

Independent auditor's report on the financial statements

To the shareholders of

Marlim Azul Energia S.A.

Opinion

We have audited the financial statements of Marlim Azul Energia S.A. ("Company"), which comprise the statement of financial position as of December 31, 2025, and the related statements of profit and loss, of comprehensive income, of changes in equity and of cash flows for the year then ended, and notes to the financial statements, including the material accounting policies and other explanatory information.

In our opinion, the accompanying financial statements present fairly, in all material respects, the Company's financial position as of December 31, 2025, and its financial performance and cash flows for the year then ended in accordance with the accounting practices adopted in Brazil.

Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing. Our responsibilities under those standards are further described in the Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements section of our report. We are independent of the Company in accordance with the relevant ethical principles set forth in the Code of Professional Ethics for Accountants and the professional standards issued by Brazil's National Association of State Boards of Accountancy (CFC), applicable to the audit of financial statements in Brazil, and we have fulfilled our other ethical responsibilities in accordance with these requirements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

Key audit matters

Key audit matters (KAM) are those matters that, in our professional judgment, were of most significance in our audit of the current year. These matters were addressed in the context of our audit of the financial statements as a whole and in forming our opinion thereon, and we do not provide a separate opinion on these matters. For the matter below, our description of how our audit addressed the matter, including any commentary on the findings or outcome of our procedures, is provided in the context of the financial statements taken as a whole.

We have fulfilled the responsibilities described in the Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements section of our report, including in relation to this key audit matter. Accordingly, our audit included the performance of procedures designed to respond to our assessment of the risks of material misstatement of the financial statements. The results of our audit procedures, including the procedures performed to address the matters below, provide the basis for our audit opinion on the Company's financial statements.

Revenue recognition

As described in Notes 3 and 19 to the financial statements, the Company's revenue derives substantially from electricity supply contracts in the environment (market segment) regulated by the Electric Energy Trading Chamber (CCEE). Revenue is recognized when the performance obligation is satisfied, which may occur through the availability of the plant, the dispatch of energy upon request under contracts in the regulated environment, or the delivery of energy sold under short- and long-term bilateral contracts. This matter was deemed significant due to the relevance of the amounts involved.



UTE ■ Marlim Azul

Independent auditor's report on the financial statements

How our audit addressed this matter

Our audit procedures for revenue recognition also included (i) assessing the adequacy of the accounting policies adopted by the Company and understanding the internal controls related to revenue recognition; (ii) Reviewing a sample of contracts to check the data used for measuring recognized revenue and testing the mathematical accuracy of the spreadsheets supporting these amounts; (iii) comparing the monthly estimate made by Management with the revenue actually billed in the subsequent month for the year and its accounting recognition; (iv) comparing the information with the statements provided by the Electric Energy Trading Chamber (CCEE); and (v) assessing whether the disclosures made by Management are appropriate.

Based on our audit procedures above, we consider that the revenue processing, recording and recognition conducted by the Company, as well as the relevant disclosures, are appropriate in the context of the financial statements taken as a whole.

Responsibilities of the Board and those charged with governance for the financial statements

The Board is responsible for the preparation and fair presentation of the financial statements in accordance with the accounting practices adopted in Brazil, and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

In preparing the financial statements, the Board is responsible for assessing the Company's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern and using the going concern basis of accounting unless the Board either intends to liquidate the Company or to cease operations, or has no realistic alternative but to do so.

Those charged with governance are responsible for overseeing the Company's financial reporting process.

Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditor's report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.

As part of an audit in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing, we exercise professional judgment and maintain professional skepticism throughout the audit. We also:

- Identify and assess the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than the risk of not detecting one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control.



UTE ■ Marlim Azul

Independent auditor's report on the financial statements

- Obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Company's internal control.
- Evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by the Board.
- Conclude on the appropriateness of Board's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Company's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Company to cease to continue as a going concern.
- Evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation.

We communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

From the matters communicated with those charged with governance, we determine the matter that was of most significance in the audit of the financial statements for the current year and is therefore the Key Audit Matter. We describe this matter in our auditor's report unless law or regulation precludes public disclosure about the matter or when, in extremely rare circumstances, we determine that a matter should not be communicated in our report because the adverse consequences of doing so would reasonably be expected to outweigh the public interest benefits of such communication.

Rio de Janeiro, February 05, 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Accountant CRC RJ-093771/O

Marlim Azul Energia S.A.

Statements of financial position
December 31, 2025 and 2024
(In thousands of reais)



Assets	Note	12/31/2025	12/31/2024
Current assets			
Cash and cash equivalents	4	310,892	226,914
Trade accounts receivable	5	166,155	168,996
Inventories	6	27,410	28,258
Recoverable taxes	7	6,256	6,274
Prepaid insurance premiums	18	14,911	22,575
Advances to suppliers		129	135
Financial instruments		–	2,303
Other receivables		2,774	120
Total current assets		528,527	455,575
Noncurrent assets			
Deferred taxes	17	83,887	89,405
Other receivables		120	82
Property, plant and equipment	9	3,174,750	3,230,394
Intangible assets	10	48,865	50,058
Total noncurrent assets		3,307,622	3,369,939
Total assets		3,836,149	3,825,514

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

Marlim Azul Energia S.A.

Statements of financial position
December 31, 2025 and 2024
(In thousands of reais)



Liabilities	Note	12/31/2025	12/31/2024
Current liabilities			
Trade accounts payable	11	125,828	243,161
Employment-related obligations	12	42,121	11,115
Taxes and contributions payable	13	26,065	13,545
Leases		376	196
Financial instruments	8	-	56,710
Provisions and contingencies	15	259	5,072
Loans, financing and debentures	14	197,762	143,390
Total current liabilities		392,411	473,189
Noncurrent liabilities			
Trade accounts payable	11	2,995	-
Leases		1,099	-
Loans, financing and debentures	14	2,880,994	2,900,372
Total noncurrent liabilities		2,885,088	2,900,372
Equity			
Capital	16	621,706	621,706
Capital reserve		5,419	5,419
Equity adjustments		-	4,466
Retained earnings (accumulated losses)		(68,475)	(179,638)
Total equity		558,650	451,953
Total liabilities and equity		3,836,149	3,825,514

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

Marlim Azul Energia S.A.

Statements of financial position
December 31, 2025 and 2024
(In thousands of reais)



	Note	12/31/2025	12/31/2024
Gross operating income		1,309,653	1,099,176
Deductions		(191,858)	(121,914)
Net revenue	19	1,117,795	977,262
Energy sales costs	20	(690,025)	(580,663)
Gross profit		427,770	396,599
Operating income (expenses)			
General, administrative and personnel expenses	21	(106,303)	(78,226)
Other operating income (expenses)	22	128,897	(17)
Income (loss) before finance income and costs		450,364	318,356
Finance income	23	31,135	13,266
Finance costs	23	(313,508)	(339,062)
Income (loss) before income taxes		167,991	(7,440)
Current income and social contribution taxes	17	(51,309)	-
Deferred income and social contribution taxes	17	(5,519)	2,774
Net income (loss) for the year		111,163	(4,666)

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

Marlim Azul Energia S.A.

Statements of comprehensive income
Years ended December 31, 2025 and 2024
(In thousands of reais)



	12/31/2025	12/31/2024
Net income (loss) for the year	111,163	(4,666)
Gain (loss) on cash flow hedge	(4,466)	14,240
Total comprehensive income for the year, net of taxes	106,697	9,574

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

Marlim Azul Energia S.A.

Statements of changes in equity
Years ended December 31, 2025 and 2024
(In thousands of reais)



	Subscribed capital	Capital reserve	Equity adjustments	Retained earnings (accumulated losses)	Total
Balance as of December 31, 2023	621,706	5,419	(9,774)	(174,972)	442,379
Equity adjustments	–	–	14,240	–	14,240
Loss for the year	–	–	–	(4,666)	(4,666)
Balance as of December 31, 2024	621,706	5,419	4,466	(179,638)	451,953
Equity adjustments	–	–	(4,466)	–	(4,466)
Income for the year	–	–	–	111,163	111,163
Balance as of December 31, 2025	621,706	5,419	–	(68,475)	558,650

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

Marlim Azul Energia S.A.

Statements of cash flows

Years ended December 31, 2025 and 2024

(In thousands of reais)



	2025	2024
Operating activities		
Income (loss) before income taxes	167,991	(7,440)
Depreciation and amortization	131,792	132,614
Finance costs	294,954	277,253
Disposal of property, plant and equipment and intangible assets	3,335	76,037
Hedge adjustment	-	10,756
Provisions and contingencies	(4,813)	3,223
Provision for bonuses and incentives	32,228	-
	625,487	492,443
(Increase) decrease in assets		
Trade accounts receivable	2,841	(32,529)
Inventories	848	(943)
Recoverable taxes	18	2,426
Advances to suppliers	6	(135)
Prepaid insurance premiums	7,664	(17,229)
Other receivables	(2,692)	114
Financial instruments	(4,466)	(1,637)
Increase (decrease) in liabilities		
Trade accounts payable	(114,351)	(361,564)
Taxes payable	12,520	10,437
Income and social contribution taxes paid	(42,657)	-
Paid ICMS amount (voluntary disclosure)	(37,143)	-
Employment-related obligations	(2,701)	1,300
Lease liabilities	(336)	(1,065)
Payment of interest on loans	(114,193)	(117,258)
Cash flow generated from (used in) operating activities	330,845	(25,640)
Investing activities		
Capital expenditures	(45,091)	(86,224)
Acquisition of intangible assets	(8)	(309)
Cash flow generated from (used in) investing activities	(45,099)	(86,533)
Financing activities		
Debentures issued	-	420,000
Transaction costs	-	(33,113)
Loan payments	(145,058)	(158,017)
Financial instruments	(56,710)	6,708
Cash flow generated from (used in) in financing activities	(201,768)	235,578
Net increase (decrease) in cash and cash equivalents	83,978	123,405
Cash and cash equivalents on January 1	226,914	103,509
Cash and cash equivalents on December 31	310,892	226,914
Net increase (decrease) in cash and cash equivalents	83,978	123,405

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

1. Operations

Marlim Azul Energia S.A. (Company) was incorporated on March 8, 2018 as a privately held company. Its business purpose is to develop and operate a combined-cycle thermoelectric power plant for power generation, and an associated transmission line, gas pipe and water catchment station located in the city of Macaé, State of Rio de Janeiro.

Usina Termelétrica Marlim Azul Energia S.A. is a special purpose entity (SPE) with currently three shareholders:

- Infraestrutura Brasil Holding III S.A. (50.1%)
- Shell Gas B.V. (29.9%)
- Mitsubishi Power Americas INC. (20.0%)

The Company participated in the 26th New Energy Auction in December 2017 (ACR) and sold 420MW of its future energy output in the regulated market under 25-year supply contracts. The Company also entered into a 50MW energy supply contract in the unregulated (free) market (ACL) in December 2018 for 25 years.

The financial statements were prepared on the assumption that the Company will continue as a going concern.

On December 2, 2023, UTE Marlim Azul began its commercial operation in accordance with Aneel Order No. 4695/2023, issued on December 1, 2023. On December 6, 2023, its energy generation activities started following instructions from the ONS.

The 500 kV Line started to be built in 2023 and was completed in 2025.

In 2024, the power plant operated for nine non-consecutive months, with dispatches outside the contractual inflexibility period (November to April) occurring in the months of June, September, and October.

A Share Purchase Agreement ("SPA") among Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Shell Gas B.V., and Mitsubishi Power Americas, Inc. was executed on December 17, 2025 for the transfer of all equity interests held by Patria FIP III in Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A., the indirect controlling shareholder of Marlim Azul, to Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A., as well as the transfer of all equity interests held by Shell Gas and Mitsubishi Power Americas in the Company to Patria Infraestrutura Latam SMA I Fundo de Investimento em Participações ("Patria Infraestrutura Latam," together with IBH XVIII, referred to as the "Buyers"). The transaction resulted in the direct and indirect transfer of all Company shares to the Buyers. It should be noted that this transaction is subject to the fulfillment of the usual conditions precedent applicable to such transactions.

Power plant's operating licenses and permits:

Act	Date	Purpose
Portaria MME 250 (Ordinance)	06/14/2008	This authorizes MAZ to operate as an Independent Power Producer, by means of the implementation and operation of the Thermal Power Plant in the City of Macaé, State of Rio de Janeiro, and defines the implementation schedule among other requirements.
Despacho ANEEL 881 (Order)	03/22/2019	This changes the name of the UTE, and its location and technical characteristics
REA ANEEL 7772 (Authorizing Resolution)	04/16/2019	This changes the UTE implementation schedule
Portaria MME 219 (Ordinance)	06/07/2019	This changes the plant's guaranteed power output
Of.AGENERSA/PRESI SEI No.116	05/20/2020	This authorizes the construction of the dedicated gas pipeline
Deliberação AGENERSA 4508 (Deliberation)	11/07/2022	This establishes Naturgy's priority in performing the gas pipeline O&M activities
Despacho ANEEL 4365 (Order)	11/14/2023	This establishes the 90-day deadline for migration from the temporary 345kV connection to the final 500kV connection after the start-up of operations of SE LAGOS 500 and after ONS expresses an opinion on hydrological convenience
Despacho ANEEL 4695 (Order)	12/01/2023	This authorizes the start-up of the UTE commercial operation as of December 2, 2023

2. Accounting policies

Basis of preparation

Authorization to complete the accompanying financial statements was given at the Board Meeting held on February 4, 2026.

The Company's financial statements for the year ended December 31, 2025 were prepared and in accordance with the accounting practices adopted in Brazil, which comprise the standards issued by the Brazilian Financial Accounting Standards Board (CPC). The Company adopted all the standards, revised standards and interpretations issued by the Brazilian FASB (CPC) that were effective as of December 31, 2025.

The financial statements were prepared on a historical cost basis, except for certain assets and liabilities classified as financial instruments, which are measured at fair value.

3. Summary of material accounting policies

a) Foreign currency translation

The Company's functional currency is the Brazilian Real, which is also its presentation and reporting currency. Monetary assets and liabilities denominated in foreign currencies are translated into the functional currency (R\$) spot rates of exchange at the reporting date. Gains and losses resulting from the adjustment of these liabilities between the exchange rate effective on the date of the transaction and the year-end closing date are recognized in the statement to profit or loss as finance income or costs.=

b) Financial instrument

Financial instruments are only recognized when the Company becomes a party to their contractual provisions. Upon initial recognition, financial instruments are measured at fair value plus transaction costs directly attributable to their acquisition or issuance, except for financial assets and liabilities classified as measured at fair value through profit or loss, when such costs are charged directly to profit or loss for the year. Their subsequent measurement is determined at each reporting date in accordance with the criteria for the

classification of financial assets and financial liabilities. Other financial instruments, measured through other comprehensive income, comprise investments in derivative instruments, and can be classified in noncurrent assets or noncurrent liabilities.

The main financial assets recognized by the Company are cash and cash equivalents and trade accounts receivable.

The main financial liabilities recognized by the Company are domestic trade accounts payable, debentures, borrowings and derivative financial instruments.

c) Cash and cash equivalents

These include funds in cash, highly liquid checking accounts, readily convertible to known cash amounts, subject to insignificant risk of changes in value.

d) Property plant and equipment

Property, plant and equipment are stated at cost, net of accumulated depreciation and accumulated impairment losses, if any. Such cost includes the cost of replacing property, plant and equipment and borrowing costs for long-term construction projects if the recognition criteria are met. All other repair and maintenance costs are recognized in the statement profit and loss, as incurred.

Depreciation is calculated on a straight-line basis over the useful lives of the assets, limited to the generation of economic benefits and expected use of the asset over the life of the contract (25 years), as follows:

- Leasehold improvements: 5 years
- Furniture and fixtures: 10 to 16 years
- IT equipment: 5 to 6 years
- Machinery and equipment: 24 years
- Buildings and civil works: 24 years
- Other property, plant and equipment items: 6 to 7 years

e) Intangible assets

Intangible assets acquired separately are project development costs measured on initial recognition at cost. After initial recognition, intangible assets are stated at cost, with accumulated amortization and impairment losses being measured on a monthly basis.

The right-of-use assets are measured at cost, less accumulated depreciation and impairment losses, if any, and adjusted for any new remeasurement of lease liabilities. The cost of right-of-use assets includes the amount of lease liabilities recognized, initial direct costs incurred, and lease payments made at or before the commencement date less any lease incentives received. The right-of-use assets are depreciated on a straight-line basis over the shorter of its estimated useful life and the lease term, as follows:

- Right of use of the São Paulo office (rent): 3 years
- Operating Permits and Easements: 24 years
- Software: 5 years
- Other intangible assets: 5 years

f) Other assets and liabilities

An asset is recognized in the statement of financial position when its future economic benefits are likely to flow to the Company, and its cost or value can be reliably measured.

A liability is recognized in the statement of financial position when the Company has a legal or constructive obligation arising from past events, the settlement of which is expected to result in an outflow of economic benefits. Provisions are recorded considering the best estimates of the risk involved.

Assets and liabilities are classified as current when they are likely to be realized or settled within twelve months; otherwise, they are stated as noncurrent.

g) Accounting estimates

The Company's financial statements were prepared in accordance with several measurement bases used in accounting estimates. The accounting estimates involved in the preparation of the financial statements considered objective and subjective factors, based on Management's judgment to determine the appropriate amount to be recorded in the financial statements. Significant items subject to these estimates and assumptions include the selection of useful lives and recoverability of property, plant and equipment, measurement of financial assets at fair value and using the present value adjustment method, assessment of recoverability of deferred income taxes (IRPJ and CSLL), assessment of hedge position, as well as an analysis of other risks in determining other provisions and allowances for expected credit losses.

h) Leases

At the commencement date of the lease, the Company recognizes lease liabilities measured at the present value of lease payments to be made over the lease term. The lease payments include fixed payments (including in-substance fixed payments) less any lease incentives receivable, variable lease payments that depend on an index or a rate, and amounts expected to be paid under residual value guarantees.

In calculating the present value of lease payments, the Company uses the incremental borrowing rate at the lease commencement date if the interest rate implicit in the lease is not readily determinable. After the commencement date, the amount of lease liabilities is increased to reflect the accretion of interest and reduced for the lease payments made.

i) Statement of cash flows – indirect method

The statement of cash flows was prepared using the indirect method and is presented in accordance with accounting standard CPC 03 (R2) – Statement of Cash Flows, issued by the Brazilian FASB (CPC).

j) Derivative and non-derivative financial instruments

The Company uses derivative financial instruments such as forward currency contracts to hedge its foreign currency risks. Such derivative financial instruments are initially recognized at fair value on the date on which a derivative contract is entered into and are subsequently remeasured at fair value. Derivatives are carried as financial assets when the fair value is positive and as financial liabilities when the fair value is negative.

For the purpose of hedge accounting, hedges are classified as:

- Cash flow hedges when hedging the exposure to variability in cash flows that is either attributable to a particular risk associated with a recognized asset or liability or a highly probable forecast transaction or the foreign currency risk in an unrecognized firm commitment.

At the inception of a hedge relationship, the Company formally designates and documents the hedge relationship to which it wishes to apply hedge accounting and the risk management objective and strategy for undertaking the hedge.

The documentation includes identification of the hedging instrument, the hedged item, the nature of the risk being hedged and how the Company will assess whether the hedging relationship meets the hedge effectiveness requirements (including the analysis of sources of hedge ineffectiveness and how the hedge ratio is determined). A hedging relationship qualifies for hedge accounting if it meets all of the following effectiveness requirements.

- There is an economic relationship between the hedged item and the hedging instrument;
- The effect of credit risk does not dominate the value changes that result from that economic relationship; and
- The hedge ratio of the hedging relationship is the same as that resulting from the quantity of the hedged item that the Group actually hedges and the quantity of the hedging instrument that the Company actually uses to hedge that quantity of hedged item.
- The Company considers the nature of the transaction with non-derivative financial instruments for a more adequate recognition. The Company records bilateral energy transactions aimed to advance cash as financial instruments at amortized cost, where the advance spread is recognized as finance costs.

k) Debentures and borrowing costs

Debentures and borrowing costs directly attributable to the acquisition, construction or production of an asset that necessarily takes a substantial period of time to get ready for its intended use or sale are capitalized as part of the cost of the asset. All other debentures and borrowing costs are expensed in the period in which they occur. Debentures and borrowing costs consist of interest and other costs that the Company incurs in connection with the borrowing of funds and issuance of debentures.

l) Taxes

The Company computes taxable profit every quarter based on accounting records (the so-called “lucro real”) and accounts for tax debts and credits on an accrual basis. Taxes are computed after the end of the accrual month, except for income taxes (IRPJ) and social contribution taxes (CSL), which are estimated on a monthly basis and finalized on a quarterly basis.

m) Provisions

The Company records provisions for expenses related to financial obligations that have not yet been settled, but arise from accounting events already incurred. Also, the Company records a provision for all legal proceedings for which a likelihood of loss is probable, if any, and a provision for its Long-Term Incentive Plan (LTIP), measured at fair value at the end of each reporting period until settlement, with the corresponding entry recognized as a liability. The measurement assumptions reflect prevailing market conditions and are reviewed at each reporting date to ensure they represent the Company’s best estimate.

n) Inventories

The Company’s inventories comprise materials for use and/or consumption. They are stated at the lower of cost or net realizable value. The measurement of inventories also includes any decrease in the net realizable value of these assets.

o) Revenue recognition

Revenue comprises the fair value of the consideration received or receivable for the generation and sale of energy in the Company’s ordinary course of activities. Revenue is stated net of taxes, returns, rebates, and discounts. Revenue is recognized when the performance obligation is satisfied, that is, when control over the product is transferred to the customer.

p) Trade accounts receivable

These refer to amounts billed for the sale of electric energy in the regular course of the Company’s activities. Trade accounts receivable are initially recognized at fair value and subsequently measured at amortized cost.

3.1. New standards or standards adopted for the first time in 2025

In 2025, several accounting standards were introduced and updated.

- NBC ITP 1/2025 (Determination of Assets/Equity Interests): This Brazilian Accounting Interpretation was approved by the CFC to establish specific procedures for the determination of assets or equity interests in various types of entities, whether business or non-business, incorporated or unincorporated entities.
- CPC 02 (R2) is the technical standard that addresses the effects of changes in foreign exchange rates and the translation of financial statements. It provides guidance on the recognition of foreign-currency transactions (such as imports, exports, and borrowings) and on the translation of the financial statements of foreign subsidiaries and associates into the Company’s presentation currency in Brazil, using specific exchange rates for assets, liabilities, income, and expenses to ensure transparency for investors.

- OCPC 10 is an accounting standard drafted jointly by the CVM and the CPC to regulate the recognition, measurement, and disclosure of carbon credits, emission allowances, and CBIOS, with the objective of enhancing transparency in the decarbonization market and aligning Brazilian practice with international standards. It affects how entities recognize related environmental assets and liabilities.
- CPC 18 (R3) is the technical standard that addresses investments in associates, subsidiaries, and joint ventures. The purpose of this standard is to establish the accounting treatment for investments in associates and subsidiaries and define the requirements for applying the equity method for measuring investments in associates, subsidiaries, and joint ventures.
- ICPC 09 (R3) is a Technical Interpretation issued by the Brazilian Financial Accounting Standards Board to provide guidance on the preparation of separate, individual, and consolidated financial statements, including the application of the equity method.

These accounting standards did not impact the financial statements for 2025.

3.2. Standards issued but not yet effective

- NBC TG 51- Presentation and Disclosure of Financial Statements: Issued by Brazil's National Association of State Boards of Accountancy (CFC) in December 2025, this standard aligns the Brazilian accounting standards with IFRS 18. The standard introduces a revised structure for the statement of profit or loss, including standardized categories (operating, investing, and financing), clearer requirements for the use of subtotals and performance measures. The standard is applicable for annual periods beginning on or after January 1, 2027.
- Tax Reform (IBS and CBS): The tax reform will introduce significant changes to the preparation of tax documents and the calculation of taxes. Entities operating in Brazil have been designing and adapting their systems throughout 2025. However, the new requirements for issuing tax documents, such as invoices and receipts (as outlined in Technical Note 2025.002 for NF-e/NFC-e, which introduces fields related to IBS and CBS), will only become mandatory starting in February 2026. The full implementation of the Tax on Goods and Services (IBS) and the Contribution on Goods and Services (CBS) will be gradual, with the new taxes expected to be shown separately in the tax documents (without any additional charges) in 2026.

These revisions aim to improve the accounting practices adopted in Brazil and to ensure greater transparency and accuracy in financial reporting.

These amendments are not expected to have a material impact on the financial statements.

4. Cash and cash equivalents

	12/31/2025	12/31/2024
Cash and cash equivalents	39,252	33,557
Short-term investments (*)	271,640	193,357
Total	310,892	226,914

Short-term investments refer to Certificates of Bank Deposits (CDBs) indexed to CDI, with daily liquidity, and no loss in value in case of early redemption.

(*) The balance of short-term investments as of December 31, 2025 includes the reserve account with BNDES, in the amount of R\$125,724 (R\$133,234 in 2024).

5. Trade accounts receivable

The Company's trade receivables comprise amounts from energy sale agreements (i) in the regulated environment (CCEAR), (ii) in the Free (Unregulated) Environment (ACL), and from (iii) contracts negotiated in the spot market (MCP) with the surplus energy output. All of the Company's customers are domestic customers.

	12/31/2025	12/31/2024
Commercial customers - CCEAR	148,336	160,405
Customers - MCP	17,071	8,573
Customers - SEB	748	18
Total accounts receivable	166,155	168,996

There are no default levels that require an allowance for expected credit losses (ACL) as of December 31, 2025 and 2024.

6. Inventories

	12/31/2025	12/31/2024
Storeroom (consumables)	27,410	28,258
Total	27,410	28,258

Inventories mainly comprise imported consumables necessary to ensure the UTE's operation.

7. Recoverable taxes

	12/31/2025	12/31/2024
Withholding Income Tax (IRRF) (a)	6,242	2,167
Tax on Financial Transactions (IOF)	14	430
IRPJ recoverable	-	413
CSLL recoverable	-	149
ICMS recoverable	-	3,101
Other recoverable taxes	-	14
Total recoverable taxes	6,256	6,274

(a) Withholding Income Tax (IRRF) will be offset against other federal taxes and levies due within the next 12 months from the date of filing the ECF (accounting and tax forms) for 2026.

8. Financial instruments

Accounting policies

The Company classifies financial assets in the following categories: t

- Financial assets measured at amortized cost;
- Financial assets measured at fair value through comprehensive income; and
- Financial assets measured at fair value through profit or loss.

Financial liabilities are classified as other financial liabilities.

Financial assets measured at amortized cost are financial assets held by the Company (i) in order to collect contractual cash flows and not for sale to realize profits or losses; and (ii) its contractual terms give rise on specified dates to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding.

These comprise cash and cash equivalents, trade accounts receivable, other assets and marketable securities. Any gains or losses are recognized in profit or loss for the period as “Finance income” or “Finance costs” based on actual results.

Financial assets measured at fair value through comprehensive income: Upon initial recognition, the Company can elect to classify irrevocably its equity investments as equity instruments designated at fair value through other comprehensive income and they are not held for trading. The classification is determined on an instrument-by-instrument basis. The Company currently does not operate with any instrument classified in this category.

Upon initial recognition, financial assets measured at fair value through profit or loss comprise the balance of derivative financial instruments, including embedded derivatives, stock options and other securities.

Financial assets and financial liabilities are recognized on the trade date, when the Company becomes a party to the contractual provisions of the instrument.

A financial asset is no longer recognized when contractual rights to cash flows of the asset expire, or when there is a transfer of the rights to receive contractual cash flows on a financial asset in a transaction in which essentially all the risks and rewards of ownership of the financial asset are transferred.

Fair value hierarchy

All assets and liabilities for which fair value is measured or disclosed in the financial statements are categorized within the fair value hierarchy, described as follows, based on the lowest level input that is significant to the fair value measurement as a whole:

- Level 1 – Quoted (unadjusted) market prices in active markets for identical assets or liabilities which the entity may access on the measurement date;
- Level 2 – Valuation techniques for which the lowest level input that is significant to the fair value measurement is directly or indirectly observable; and
- Level 3 – Valuation techniques for which the lowest level input that is significant to the fair value measurement is unobservable.

For assets and liabilities that are recognized in the financial statements at fair value on a recurring basis, the Company determines whether transfers have occurred between levels in the hierarchy by re-assessing categorization (based on the lowest level input that is significant to the fair value measurement as a whole) at the end of each reporting period.

Energy futures

In 2024, the Company entered into energy purchase and sale agreements with energy trading companies of financial institutions whereby the value related to sales was prepaid as an advance of the additional cash flow to be generated with the settlement of energy surplus in the short-term market.

All purchase and sale transactions were backed by the counterparty's energy, generating no physical or financial exposure to the market energy price (PLD).

Given the nature of the transaction, the Company recognized the contractual arrangement as a net financial liability at amortized cost.

The spread of the bilateral transactions incurred in 2024 was R\$15,633 and is recognized under advance charges as detailed in the Note on finance income (costs).

On February 4, 2025, the Company settled the financial instrument held with Santander in the amount of R\$56,710.

The position as of December 2025 and 2024 is shown in the table below.

Financial agent	Financial instrument	Liabilities	
		12/31/2025	12/31/2024
Amortized cost			
Santander Comercializadora de Energia	Energy agreements	-	56,710
Total		-	56,710

9. Property, plant and equipment

Changes in property, plant and equipment for the year:

Balance as of:	December 31, 2024					December 31, 2025	
Property, plant and equipment in use	Net value	Additions	Transfers	Eliminations	Depreciation	Net value	Average depreciation rate
Land	118,678	-	14,053	-	-	132,731	0.00%
Machinery and equipment	2,504,630	13,477	117,786	(2,550)	(111,423)	2,521,920	4.30%
Buildings and civil works	342,670	-	2,879	-	(14,921)	330,628	4.15%
IT equipment	37,437	-	53	(5)	(2,401)	35,084	16.67%
Leasehold improvements	34	-	-	-	(21)	13	20.00%
Furniture and fixtures	2,378	-	14	-	(203)	2,189	6.25%
Other	82	-	-	-	(12)	70	20.00%
Total property, plant and equipment in use	3,005,909	13,477	134,785	(2,555)	(128,981)	3,022,635	

Property, plant and equipment in progress	Net value	Additions	Transfers	Eliminations	Depreciation	Net value
Land	14,053	-	(14,053)	-	-	-
Machinery and equipment	13,242	11,285	(16,502)	-	-	8,025
Buildings and civil works	539	-	(214)	-	-	325
IT equipment	-	53	(53)	-	-	-
Furniture and fixtures	-	14	(14)	-	-	-
Work in progress	50,886	20,083	(67,700)	-	-	3,269
Asset Inventories	36,076	31,098	41,258	-	-	108,432
Inventories held by third parties	72,913	-	(42,469)	-	-	30,444
Court deposits	1,215	-	-	(560)	-	655
Advances - property, plant and equipment	35,183	-	(35,038)	-	-	145
Other	378	442	-	-	-	820
Total property, plant and equipment in progress	224,485	62,975	(134,785)	(560)	-	152,115

Total property, plant and equipment	3,230,394	76,452	-	(3,115)	(128,981)	3,174,750
--	------------------	---------------	----------	----------------	------------------	------------------

10. Intangible assets

Changes in intangible assets for the year:

Balance as of:	December 31, 2024					December 31, 2025	
Intangible assets in use	Net value	Additions	Transfers	Eliminations	Amortization	Net value	Average amortization rate
Right-of-use assets	176	1,610	-	-	(409)	1,377	33.00%
Intangible assets	20,402	-	132	-	(909)	19,625	4.00%
Easements	27,252	-	600	-	(1,185)	26,667	4.15%
Software	1,503	-	-	-	(307)	1,196	20.00%
Other	1	-	-	-	(1)	-	20.00%
Total intangible assets in use	49,334	1,610	732	-	(2,811)	48,865	

Intangible assets in progress	Net value	Additions	Transfers	Eliminations	Amortization	Net value
Easements	724	8	(732)	-	-	-
Total intangible assets in progress	724	8	(732)	-	-	-
Total intangible assets	50,058	1,618	-	-	(2,811)	48,865

11. Trade accounts payable

	12/31/2025	12/31/2024
Current amount		
Domestic suppliers	116,100	142,451
Foreign suppliers	9,728	100,710
Total	125,828	243,161
Noncurrent amount		
Domestic suppliers	2,995	-
Total	2,995	-
Total	128,823	243,161

On July 18, 2024, the Company concluded discussions about the remaining payments to the EPC joint venture made up by Grupo Cobra (Spain), Mitsubishi Power, and subsidiaries, resulting in the third contractual amendment and agreement instrument between the parties. In December 2024, the remaining balance of the EPC contract was R\$56,958 for domestic suppliers and R\$31,479 for foreign suppliers, which were fully settled by March 2025.

As of December 31, 2025, the balance of domestic suppliers primarily refers to inputs for energy production (gas) and the acquisition of property, plant and equipment items. The balance for foreign suppliers consists of the acquisition of spare parts for operations.

12. Employment-related obligations

	12/31/2025	12/31/2024
Payroll and related charges	478	498
Provision for vacation pay costs	1,947	1,866
Provision for bonuses (*)	39,696	8,751
Total	42,121	11,115

(*) The provision for bonuses includes estimated disbursements related to annual variable compensation and long-term incentive plans. These amounts are measured based on the achievement of corporate and individual goals, in full compliance with the accounting practices described in Note 3(l).

It should be noted that, during fiscal year 2025, these accounting estimates were adjusted given that the share-transfer event was classified as highly probable, as detailed in Note 1, thus supporting the remeasurement of the amounts recorded as a provision.

13. Taxes and contributions payable

	12/31/2025	12/31/2024
Contributions on R&D	8,136	4,346
PIS payable	951	910
COFINS payable	4,412	4,207
INSS payable	1,250	669
IRPJ payable	6,361	-
CSLL payable	2,292	-
ICMS payable (*)	1,804	-
Other taxes payable	859	3,413
Total	26,065	13,545

(*) On April 22, 2025, the Company made a court deposit amounting to R\$37,143 because an ICMS payment slip cannot be issued without including fines, as stipulated in the rules governing voluntary disclosures in the State of Rio de Janeiro. A court deposit represents a means of securing the payment of ICMS in the amount of R\$ 37,143 (ICMS principal + interest) while legally disputing the fine imposed.

14. Loans, financing and debentures

Amounts are disbursed by the BNDES based on a defined schedule, *pari passu* with the capital requirements for the plant's implementation work.

On May 23, 2024, the Company obtained a disbursement of R\$420,000 from Banco Itaú and BNDES for the issuance of simple, single series, non-convertible debentures with a security interest, for public placement under the automatic registration procedure maturing in 2039. The debentures have a 24-month grace period from the date of issuance, i.e., March 2024, with amortization beginning in March 2026 and interest accruing at IPCA + 7.5608%.

The debentures were issued to support the final disbursements for the construction and completion of the 500Kv structure.

On June 3, 2024, with funds generated from the debentures, the Company settled the Trade Note from Banco ABC.

The balances of loans, financing arrangements, and debentures include transaction costs to be amortized in 2025 in the amount of R\$75,237 (R\$80,023 in 2024).

	12/31/2023	Funds raised	Inter-est	Transaction costs	Loan payments – principal	Loan payments – interest	Amortization of transaction	12/31/2024
BNDES	2,634,520	–	240,803	–	(138,017)	(114,989)	2,566	2,624,883
Nota comercial	21,044	–	1,225	–	(20,000)	(2,269)	–	–
Debêntures	–	420,000	30,512	(33,113)	–	–	1,480	418,879
Total	2,655,564	420,000	272,540	(33,113)	(158,017)	(117,258)	4,046	3,043,762

	12/31/2024	Funds raised	Inter-est	Transaction costs	Loan payments – principal	Loan payments – interest	Amortization of transaction	12/31/2025
BNDES	2,624,883	–	234,239	–	(145,058)	(114,193)	2,566	2,602,437
Debentures	418,879	–	55,220	–	–	–	2,220	476,319
Total	3,043,762	–	289,459	–	(145,058)	(114,193)	4,786	3,078,756

Type	Interest rate	Maturity	Financial covenants	12/31/2024		12/31/2025	
				Current amount	Noncurrent amount	Current amount	Noncurrent amount
BNDES subcredit A	IPCA + 3.86%	11/15/2043	DSCR ≥ 1.3 ¹	60,960	1,041,394	63,825	1,027,335
BNDES subcredit B	IPCA + 4.66%	11/15/2043	DSCR ≥ 1.3 ¹	84,650	1,437,879	88,647	1,422,630
Debentures	IPCA + 7.5608%	03/15/2039	DSCR ≥ 1.2 ²	(2,220)	421,099	45,290	431,029
Current amount				143,390	–	197,762	–
Noncurrent amount				–	2,900,372	–	2,880,994

¹ The financing arrangement has no early maturity covenant, with the DSCR being applicable only for dividend distribution or capital decrease.

² The debentures have a covenant for early maturity (DSCR ≥ 1.2) and for dividend distribution and capital decrease (DSCR ≥ 1.3).

Payment schedule			
Year	BNDES	Debentures	Total
2027	147,816	16,810	164,626
2028	147,816	26,293	174,109
2029	147,816	21,551	169,367
After 2029	2,006,519	366,375	2,372,893
Total	2,449,967	431,029	2,880,994

Financial covenants

The Company is subject to debt restriction ratios (covenants), notably the Debt Service Coverage Ratio (DSCR). Failure to comply with these covenants limits the distribution of dividends, and in the case of debentures, may result in accelerated debt maturity ($DSCR < 1.2$).

Compliance with financial covenants is verified on an annual basis by the respective creditors, based on the Company's audited financial statements. Management regularly monitors the calculations of these ratios in order to check for signs of non-compliance with the contractual terms. As of December 31, 2025, the Company is in compliance with the financial and non-financial covenants related to events of early maturity and dividend distribution.

Overdraft accounts

Marlim Azul Energia has overdraft accounts to meet the requirements of the CCEE, BNDES, and debentures. The account with Bradesco is used for the CCEE; the accounts with Citibank are used for the BNDES and the debentures. Part of the Group's short-term deposits secure the overdraft accounts.

15. Provisions and contingencies

	12/31/2025	12/31/2024
Payroll and related charges	-	4,371
Labor claims	82	111
Civil claims	177	590
Total	259	5,072

The Company is a party to legal claims with a likelihood of possible losses amounting to R\$1,187 (R\$861 as of December 31, 2024), as assessed by Management and its legal advisors.

16. Equity

Capital

As of December 31, 2025 and 2024, the Company's capital is held as follows:

	In thousands of R\$	No. of shares
Mitsubishi Power Americas, Inc	124,341	1,577,430,704
Infraestrutura Brasil Holding III S.A.	311,475	3,951,463,906
Shell Gas B.V.	185,890	2,358,258,899
Total	621,706	7,887,153,509

Equity adjustments

In 2024, the Company had a cash flow hedge to protect against currency rate risks. Such financial instruments were recorded at fair value and updated by the Company on a monthly basis. They have been fully settled in 2025.

Capital reserve

The total capital reserve amounts to R\$5,419 as of December 31, 2025 and 2024.

17. Deferred income and social contribution taxes

Deferred tax assets were recognized for tax losses to the extent that it is probable that taxable profit will be available against which they can be utilized.

IRPJ and CSLL tax losses may be used indefinitely, limited, however, to 30% of the tax profit for the year in which the amount will be used.

According to the Company's estimate, which is in line with its strategic plan, future taxable profits allow the realization of deferred tax assets in six years.

	12/31/2025	12/31/2024
Temporary differences	16,428	7,595
Tax loss	67,459	81,810
Total	83,887	89,405

Realização do prejuízo fiscal em anos

2026	11,457
2027	14,818
2028	18,998
2029	21,817
2030	369
Total	67,459

Reconciliation of tax expense and the accounting profit multiplied by the domestic tax rate:

	12/31/2025	12/31/2024
Income before income and social contribution taxes	167,991	(7,440)
Nominal rate	34.00%	34.00%
Income and social contribution taxes using the current rate	(57,118)	2,529
Permanent differences, net	5,809	(2,529)
Current income and social contribution taxes	(51,309)	-
Deferred income and social contribution taxes	(5,519)	2,774
Income and social contribution taxes	(56,828)	2,774
Effective tax rate	(33.8%)	(37.3%)
Income and social contribution taxes	(56,828)	2,774

18. Insurance

The Company obtains insurance policies for engineering risks, civil construction works, civil liability and operational risks.

As of December 31, 2025 and 2024, the Company recorded prepaid insurance premiums in assets as detailed below::

	12/31/2025	12/31/2024
Prepaid insurance premiums	14,911	22,575
Total current amount	14,911	22,575

As of December 31, 2025, Marlim Azul Energia S.A. had the following main insurance policies from third parties::

Insurance line	Insurer	Effective		Maximum compensation for claims	Total sum insured
		From	To		
Business property insurance	AVLA SEGUROS BRASIL S.A.	01/03/2025	01/03/2026	100% of sum insured	5,500
General Civil Liability	Chubb Seguros Brasil S.A.	12/01/2025	12/01/2026	100% of sum insured	100,000
Operational risks	Tokyo Marine Seguradora S/A	12/01/2025	12/01/2026	2,140,000	3,589,000
Civil liability – D&O	Sompo Seguros S/A	06/11/2025	06/11/2026	100% of sum insured	50,000
Civil liability – D&O	FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A.	06/11/2025	06/11/2026	100% of sum insured	80,000

The scope of our auditor's work does not include expressing an opinion on the sufficiency of the insurance coverage.

19. Net revenue

Revenue generated by UTE Marlim Azul Energia derives from twenty-five (25) energy trading contracts in the regulated environment (CCEAR), one (1) contract in the free (unregulated) environment (ACL), and contracts negotiated in the spot market (MCP) with the surplus energy generated.

	12/31/2025	12/31/2024
Trading Revenue - CCEAR	1,212,275	1,062,692
Revenue - MCP	88,976	23,610
Revenue - ACL	8,402	12,874
Total Gross Revenue	1,309,653	1,099,176
PIS	(22,315)	(19,829)
COFINS	(102,787)	(91,332)
ICMS	(54,628)	-
Contributions on R&D	(12,128)	(10,753)
Total deductions	(191,858)	(121,914)
Net revenue	1,117,795	977,262

20. Energy sales costs

	12/31/2025	12/31/2024
Industry charges	(79,236)	(67,702)
Supplies for energy production	(410,204)	(315,434)
Insurance	(21,766)	(35,786)
Operation and maintenance	(42,974)	(29,553)
Depreciation and amortization	(131,382)	(129,471)
Other	(4,463)	(2,717)
Total	(690,025)	(580,663)

21. General and administrative expenses

	12/31/2025	12/31/2024
General and administrative expenses	(12,525)	(8,012)
Payroll and related charges	(56,879)	(25,962)
Professional services	(34,548)	(33,858)
Taxes and fees	(86)	(268)
Depreciation and amortization	(410)	(3,143)
Travel expenses	(1,527)	(1,991)
Other expenses	(328)	(4,992)
Total	(106,303)	(78,226)

22. Other operating income (expenses)

	12/31/2025	12/31/2024
Other operating income (expenses) (*)	142,000	-
PIS	(2,343)	-
COFINS	(10,792)	-
Other amounts paid and received	32	(17)
Other operating income	128,897	(17)

(*) On January 31, 2025, the Company received from Shell Brasil Petróleo Ltda. the amount of R\$142,000 relating to the adjustments and mutual release of claims defined in the settlement agreement signed on June 28, 2024.

23. Finance income (costs), net

	12/31/2025	12/31/2024
Finance costs		
Foreign exchange losses	(76)	(2,280)
Commission on Liens	(13,616)	(39,205)
Interest - BNDES ⁽¹⁾	(234,254)	(240,803)
Interest on lease	(213)	(30)
Interest on debentures ⁽¹⁾	(55,220)	(30,512)
Interest - Trade note ABC	-	(1,225)
Advance receipt fees	-	(15,633)
Interest - R&D	(481)	(140)
Transaction costs	(4,786)	(4,046)
Other finance costs	(4,862)	(5,188)
Total	(313,508)	(339,062)
⁽¹⁾ Interest and Amortization Costs		
Finance income		
Finance income	30,143	10,895
Other finance income	710	2,336
Foreign exchange gains	282	35
Total	31,135	13,266

24. Related parties

In 2025, the Company has contracts with Mitsubishi Power Américas Inc. for the supply of services and spare parts and with Shell Energy Brasil and Shell Energy do Brasil Gás Ltda. for the supply and sale of gas.

	12/31/2025	12/31/2024
Gross sales revenue		
Revenue from SEB (Shell Energy Brasil)	5,289	1,967
Total	5,289	1,967

	12/31/2025	12/31/2024
Accounts receivable from related parties		
SEB (Shell Energy Brasil)	748	18
Total	748	18

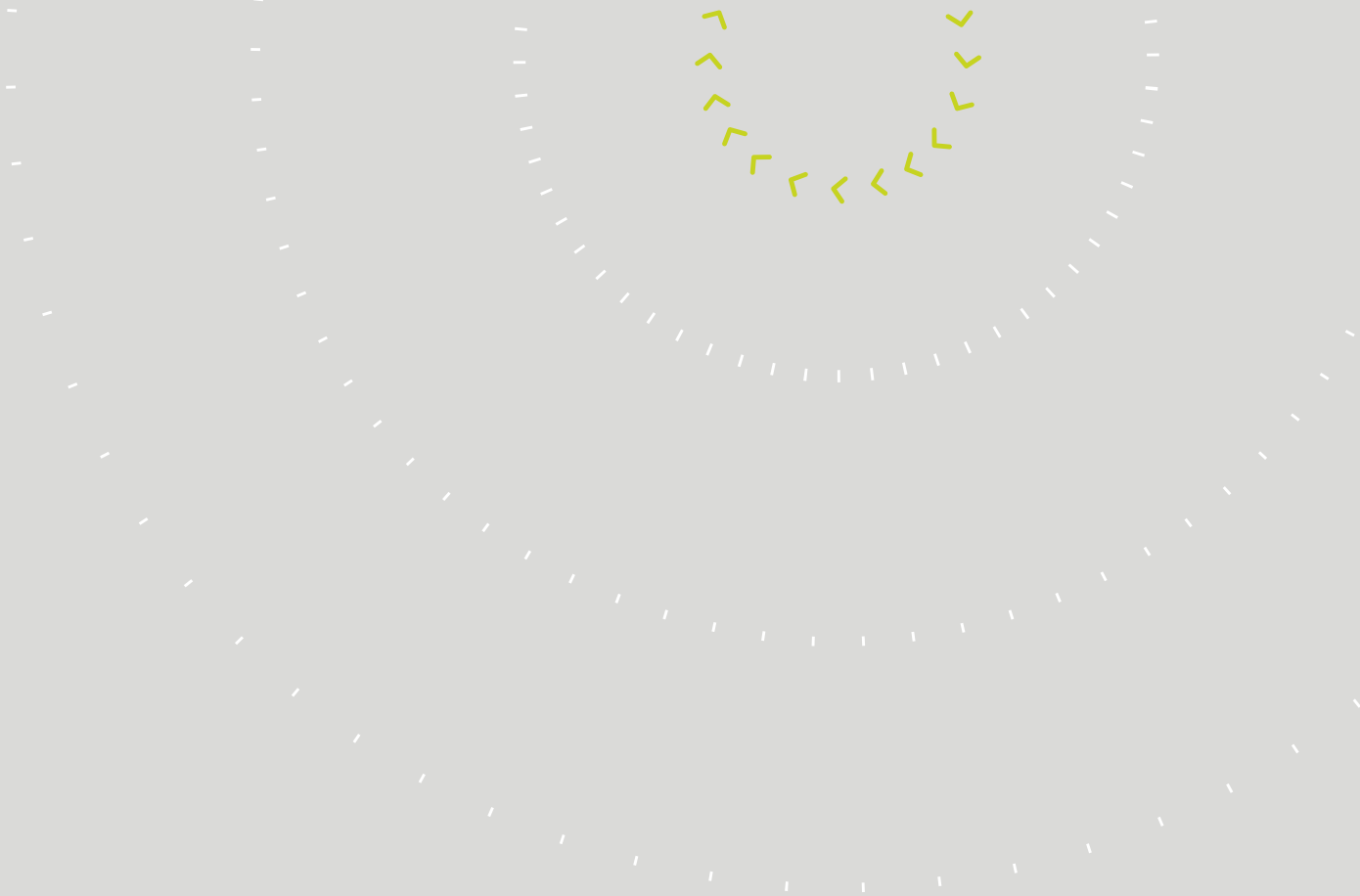
25. Long-term commitments

As of December 31, 2025, the Company's major long-term commitments refer to the O&M, LTWA, and Gas contracts signed with EDF Norte Fluminense, with Mitsubishi Power Americas, Inc, and with Shell Energy do Brasil Gás Ltda. The latter two agreements are mentioned in Note 24 (Related parties).

	2026	2027	2028-2030	2031 em diante	Total
O&M – EDF Norte Fluminense	39,976	41,712	182,861	152,984	417,533
LTWA – Mitsubishi Power Americas	14,293	14,930	61,108	347,793	438,124
Shell Energy do Brasil Gás Ltda	472,635	478,268	1,914,428	8,426,016	11,291,347
Total	526,904	534,910	2,158,397	8,926,793	12,099,004

26. Subsequent events

On January 21, 2026, the Administrative Council for Economic Defense (CADE) published in Brazil's Federal Register (DOU) its unconditional approval of the sale of the 100% interest held by Patria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia in Infraestrutura Brasil Holding III A S.A., the Company's indirect parent, to Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A., as well as the sale of the 100% interest held by Shell Gas B.V. and Mitsubishi Power Americas, Inc. in the Company to Patria Infraestrutura Latam SMA I Fundo de Investimento em Participações. This transaction is subject to the fulfillment of other usual conditions precedent applicable to such transactions.



ARKE

UTE ■ Marlim Azul